

31.12.88

# Inflação e conjuntura

IGNACIO M. RANGEL

45/88

A resposta a pergunta da Folha exige o que os juristas chamam de "conversão em diligência". Noutros termos, a inflação não é um fenômeno independente, mas simples epifenômeno. Assim como a elevação da temperatura do corpo, em consequência de uma infecção. A febre baixará quando a infecção for debelada —do mesmo modo como a taxa de elevação dos preços, isto é, a inflação, declinará quando a recessão ceder o passo à retomada do desenvolvimento.



Nunca será demais insistir no paradoxo de que a taxa de inflação será mínima, quando a taxa de expansão da economia for máxima, e vice-versa. Isto, não obstante o fato de que a demanda será máxima nos períodos de alta conjuntura, a saber, quando a taxa de inflação for mínima. Inversamente —como agora— nos períodos de baixa conjuntura.

Por isso mesmo, a resposta cabível à presente pergunta deve referir-se à essência —isto é, saber se a conjuntura será expansiva ou recessiva— e não a esse epifenômeno, que é a inflação. É tempo de que nos libertemos das ilusões inercialistas, sejam essas que conduzem a pacotes ditatoriais, como o Plano Cruzado, sejam as que se encarnam em simpáticos pacotes democráticos, como o notório pacto social que af temos e que está fazendo fiasco.

O desdobraimento da inflação, portanto, deve ser reflexo do que acontecer com a conjuntura. Se respondemos que a taxa de inflação tende a declinar, estaremos, de fato, emitindo parecer positivo sobre as perspectivas de retomada do crescimento econômico; inversamente, se prognosticamos uma elevada taxa de inflação —ou, a "fortiori", uma hiperinflação— estaremos, na realidade, dizendo que a retomada não é plausível, e que a recessão é que continua na ordem natural das coisas.

Nem sempre foi assim, nem pode haver certeza de que sempre será assim, ou que o seja, por igual, em todas as economias nacionais que integram a economia mundial. Na Espanha, por exemplo, ficamos sabendo, a propósito do recente "domingo vermelho" —que era, pelo menos, como os espanhóis apelidavam suas greves gerais— que, concomitantemente, declinava a inflação, e elevava-se o desemprego, sintoma de declínio da conjuntura. No Brasil, porém, assim tem sido e o é, de modo que, se não nos quisermos extraviar, devemos pôr de parte as ilusões inercialistas e congêneres, oferecendo ao problema proposto a única resposta cabível, a qual passa pela aludida "conversão em diligência". A saber, que perspectiva não temos — de pôr um

## A pergunta da Folha

*Você acha que neste último ano de gestão o governo Sarney terá condições de implementar uma política efetiva de combate à inflação?*

que começou em 81.

Minha resposta positiva à pergunta formulada pela Folha significa que considero plausível e iminente a retomada do desenvolvimento.

Para começar, a presente depressão brasileira não é um fato singular, visto como se integra numa depressão mundial, que me parece definível como "fase b" do 4º Ciclo de Kondratiev.

Mesmo os países socialistas, equipados com uma longa experiência de planejamento, não escaparam a essa recessão, ou, como eles preferem dizê-lo, a essa estagnação. Ora, o Brasil é um país muito sensível aos impulsos engendrados no centro cíclico da economia mundial.

Convém notar, entretanto, que temos feito prova de que nossa sensibilidade aos impulsos partidos do centro podem ter sinal trocado. Noutros termos, se se engendra um movimento depressivo no centro, podemos, em certas circunstâncias, reagir por um movimento ascendente, do gênero industrialização substitutiva de importações. Ora, embora sejamos atualmente uma economia muito integrada, capaz de considerável medida de autarcia, isso não quer dizer que o impulso substitutivo de importações já se tenha esgotado. Com efeito, cada passo dado no sentido geral da autarcia engendra novas demandas específicas, causadoras de novos pontos de estrangulamento, os quais somente poderão ser rompidos por investimentos, promotores de novo impulso de desenvolvimento. Assim, essa retomada do desenvolvimento poderá ser definida como função de pretéritas substituições de importações, e virtual substituição de importação, ela própria.

Só para exemplificar, entre 1970 e 1980, nossa produção de nutrientes agrícolas passou de 180.000 a 12.758.000 toneladas (1980 no ano) não dando do

de produção agrícola, a população rural terna, no mesmo lapso, declinado de 55 para 27% do total, permitindo um crescimento médio de 4,5 milhões por ano, na população urbana. Esta, que passou dos 100 milhões carece urgentemente, por exemplo, de mais quinhentos metros de linhas de metrô, do que se têm Paris Londres e talvez Moscou juntas.

Todo um elenco de serviços de utilidades públicas deverá ser implantado ou expandido, comprometendo gigantescos investimentos e milhões de trabalhadores. Como o setor público não pode financiar esses investimentos, é imperioso rever o direito de concessão, para que o setor privado o faça, abrindo o caminho para a retomada do desenvolvimento e, para a queda da taxa de inflação.

Este ano final do governo Sarney pode bastar para configurar essa tendência. E não seria justo dizer que o governo assista, de braços cruzados a esses movimentos espontâneos da sociedade. Embora não me agradem certas tendências manifestas nos atos promovidos pelo Executivo para a revisão do direito de concessão, sou obrigado a aplaudir esses esforços —que deverão desembocar no centro dos programados debates do Legislativo, complementarmente à Constituição— em vez de recaída nos sonhos inercialistas, que aí estão, a inspirar novos "choques", do gênero "Plano Cruzado", à vista do fiasco do notório "pacto social". Esses "planos", ou que outro nome lhes dermos, terão que ser, por sua natureza, atos ditatoriais, conspirativamente arquitetados —o que seria aceitável se, ao menos, promettessem ser eficazes.

IGNACIO M. RANGEL, 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional (RJ).